INFRAESTRUTURA
BRASIL HOLDING IX S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Período Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à nota explicativa n.º 2.23 às demonstrações financeiras indvididuais e consolidadas, cujo valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, foram ajustados para correção de erro e estão sendo retificados como previsto na CPC 23 / IAS 8 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

2022SP01277

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	83	-	284.644	58.541
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	8.270	-
Contas a receber	5	-	-	46.060	24.083
Estoques	6	-	-	3.005	1.461
Adiantamento a Fornecedores		14	-	1.959	918
Despesas Antecipadas	7	-	-	2.546	9.333
Impostos a recuperar		2	-	2.913	24
Partes relacionadas	19	-	-	200	260
Outros Ativos		-	-	345	2
Total do ativo circulante		99	-	349.942	94.622
NÃO CIRCULANTE					
Dividendo a receber		492	282	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	15.286	-
Impostos diferidos	8	-	-	23.291	432
Depósitos judiciais		-	-	140	-
Investimento	9	1.021.199	506.790	-	-
Imobilizado	10	-	-	34.779	11.568
Intangível	11	-	-	2.279.080	1.545.941
Direito de uso	12	-	-	12.400	15.993
Total do ativo não circulante		1.021.691	507.072	2.366.426	1.573.934
TOTAL DO ATIVO		1.021.790	507.072	2.716.368	1.668.556

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
CIRCULANTE					
Fornecedores	13	6	-	54.282	90.989
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.658	1.032.744
Debêntures	15	-	-	869	-
Credor pela concessão	16	-	-	13.190	382
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	17	-	-	13.041	7.980
Impostos, taxas e contribuições	18	-	-	13.771	12.139
Adiantamento de clientes		-	-	2.019	33
Seguros e garantias		-	-	149	119
Passivo de arrendamento	20	-	-	7.361	6.543
Partes relacionadas	19	-	-	2.345	413
Provisão para manutenção	21	-	-	1.111	-
Outras contas a pagar		-	-	369	311
Total do passivo circulante		6	-	110.165	1.151.653
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	628.673	-
Debêntures	15	517.827	-	1.407.070	-
Passivo de arrendamento	20	-	-	5.456	9.802
Provisão para contingência	22	-	-	1.254	29
Provisão para manutenção	21	-	-	58.343	-
Dividendos	23.b	282	282	282	282
Total do passivo não circulante		518.109	282	2.101.078	10.113
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social integralizado	23.a	478.507	477.357	478.507	477.357
Reserva Legal	23.c	1.486	1.486	1.486	1.486
Reserva de Lucros	23.d	23.682	27.947	23.682	27.947
Total do patrimônio líquido		503.675	506.790	503.675	506.790
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.021.790	507.072	2.716.368	1.668.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 20 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	24	-	-	1.291.785	596.286
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	25	-	-	(1.145.823)	(476.061)
LUCRO BRUTO		-	-	145.962	120.225
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas operacionais	25	(143)	-	(41.115)	(35.114)
Resultado de equivalência patrimonial	9	22.119	29.715	-	-
Outras receitas operacionais, liquidas		-	-	554	127
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		21.976	29.715	105.401	85.238
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	26	4	-	14.670	5.970
Despesas financeiras	26	(26.245)	-	(136.301)	(46.473)
		(26.241)	-	(121.631)	(40.503)
RESULTADO DO PERÍODO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		(4.265)	29.715	(16.230)	44.735
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	-	-	(10.894)	(15.452)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	22.859	432
RESULTADO DO EXERCÍCIO / PERÍODO		(4.265)	29.715	(4.265)	29.715
Lucro por ação - básico e diluído	27	(0,009)	0,06	(0,009)	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 20 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO / PERÍODO	(4.265)	29.715	(4.265)	29.715
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO / PERÍODO	(4.265)	29.715	(4.265)	29.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 20 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota	Capital Social		Lucros	Reservas		
	explicativa	Subscrito	A integralizar	acumulados	Legal	Lucros	Total
SALDOS EM 20/01/2020		-	-	-	-	-	-
Capital Social	23.a	1.400.000	(922.643)	-	-	-	477.357
Lucro do período		-	-	29.715	-	-	29.715
Reservas	23.c / 23.d	-	-	(29.433)	1.486	27.947	-
Dividendos obrigatório (R$0,006 por ação)	23.d	-	-	(282)	-	-	(282)
SALDO EM 31/12/2020		1.400.000	(922.643)	-	1.486	27.947	506.790
Capital Social	23.a	-	1.150	-	-	-	1.150
Prejuízo do exercício		-	-	(4.265)	-	-	(4.265)
Reservas	23.c / 23.d	-	-	4.265	-	(4.265)	-
SALDO EM 31/12/2021		1.400.000	(921.493)	-	1.486	23.682	503.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 20 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado do exercício/ período		(4.265)	29.715	(4.265)	29.715
Ajustes:					
Depreciação e amortização	25	-	-	95.873	32.564
Baixa do intangível	11	-	-	629	-
Juros sobre contratos de arrendamentos	26	-	-	878	616
Impostos diferidos	8.b	-	-	(22.859)	(432)
Provisão para contingência	22	-	-	1.225	29
Provisão para manutenção	21	-	-	59.454	-
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	26	-	-	73.814	38.111
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	26	26.245	-	48.147	-
Resultado equivalência patrimonial	9	(22.119)	(29.715)	-	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(21.977)	(24.083)
Estoques		-	-	(1.544)	(1.461)
Impostos a recuperar		(2)	-	(2.889)	(24)
Adiantamento a fornecedores		(14)	-	(1.041)	(918)
Despesas antecipadas		-	-	6.787	(9.333)
Outros ativos		-	-	(483)	(2)
Fornecedores		6	-	(81.644)	90.989
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	-	5.061	7.980
Credor pela concessão - Ônus de Fiscalização		-	-	12.808	382
Impostos, taxas e contribuições		-	-	11.735	12.139
Contas a pagar com partes relacionadas		-	-	1.992	153
Outras contas a pagar		-	-	2.075	425
IRPJ e CSLL pagos no período		-	-	(10.103)	-
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	20	-	-	(878)	(616)
Caixa liquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de operacionais		(149)	-	172.795	176.234
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de Imobilizado	31	-	-	(25.459)	(12.844)
Aquisições de intangível	31	-	-	(728.040)	(1.573.796)
Investimento	9	(492.500)	(477.357)	-	-
Dividendo a receber	9	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	(23.556)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(492.500)	(477.357)	(777.055)	(1.586.640)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e Financiamentos	14	-	-	594.595	994.633
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	-	-	(1.077.088)	-
Captação de debêntures	15	491.582	-	1.320.252	-
Amortização de debêntures	15	-	-	(7.794)	-
Recursos provenientes de alienação de intangível	10	-	-	5.655	-
Pagamento de principal de contrato de arrendamento	20	-	-	(6.407)	(3.043)
Integralização de Capital	23.a	1.150	477.357	1.150	477.357
Caixa liquido gerado pelas atividades de financiamento		492.732	477.357	830.363	1.468.947
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		83	-	226.103	58.541
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-	-	58.541	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3	83	-	284.644	58.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. ("Companhia"), constituída em 20 de janeiro de 2020, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina – SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A., que por sua vez tem como controladores indiretos o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group").

1.1. Efeitos da pandemia da COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia.

Continuamos mantendo o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos. Como a Companhia começou a operar durante a pandemia, o plano de negócios já levou em consideração os seus efeitos e mesmo assim o acompanhamento é realizado periodicamente.

i) Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios.

ii) Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

- Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data e quem o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

a) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada mencionada na nota explicativa nº 9. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação.
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado.
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve ajuste a valor presente das transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras.

2.6. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias.

2.7.1 Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do período, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

2.7.2 Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

2.8. Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.

ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.

ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.9. Investimentos

O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e os resultados da investida são reconhecidos como aumento ou redução do investimento em contrapartida no resultado como resultado da equivalência patrimonial.

2.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada “impairment”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.11. “Impairment” (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2021.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Receita de contratos com clientes

(a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

2.13. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, “O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada” e ainda “O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.16. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.17. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.18. Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

2.19. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Derivativo embutido

Derivativo embutido é um componente de contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo, com o efeito de que parte dos fluxos de caixa do instrumento combinado varia de forma similar ao derivativo individual.

O valor da opção de conversão de Debêntures em ações deve ser incluído no componente do passivo e valorizado pelo valor justo quando estes se referem a quantidade de ações variáveis. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo avaliado a custo amortizado e valor justo no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente.

2.20. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

2.21. Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado.

2.22. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.23. Reapresentação

A Administração efetuou a reclassificação do montante de R$10.816 referente a sinalização e dispositivos de segurança do estoque para o ativo intangível, pois se trata-se de equipamentos que serão utilizados nas rodovias e fazem parte do ativo intangível da concessão. As demonstrações financeiras anteriormente apresentadas foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras:

Balanço

	Consolidado		
Ativo	31/12/2020 (Original)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)
Estoque	12.277	(10.816)	1.461
Circulante	105.438	(10.816)	94.622
Intangível	1.535.125	10.816	1.545.941
Não circulante	1.563.118	10.816	1.573.934
Total	1.668.556	-	1.668.556

	Consolidado		
DFC	31/12/2020 (Original)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (*)	165.418	10.816	176.234
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.575.824)	(10.816)	(1.586.640)

(*) Em 31 de dezembro de 2020 o total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentado foi de R$ 64.815, o qual compreendia o somatório das variações dos ativos e passivos operacionais, sendo este ora retificado para correção de erro de somatório e inclusão das variações dos ativos e passivos operacionais, lucro líquido do exercício e ajustes ao lucro no somatório e total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, o qual totaliza o montante de R$ 165.418.

2.24. Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

(i) Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 (R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.

No exercício anterior, a Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações ao CPC 06 ((R1) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para o CPC 06 (R2).

Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021.

Em março de 2021, o CFC emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações ao CPC 06 (R1)) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;

b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022); e

c) Não há nenhuma mudança substantiva de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) a partir da sua data de vigência e não teve impactos relevantes.

2.25. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture,
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 15 (R1) (Alterações à IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27 (Alterações à IAS 16)	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
CPC 5 (Alterações à IAS 37)	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs (IFRS) 2018–2020	CPC 37 (R1) (Alterações à IFRS 1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamentos
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 23 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativas Contábeis
CPC 32 (Alterações à IAS 12)	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	-	4.172	1.832
Bancos	-	-	2.168	4.438
Aplicações Financeiras (i)	83	-	278.304	52.271
Total (ii)	83	-	284.644	58.541

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

(i) Aplicações financeiras realizadas com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI à taxa média entre 90% e 100% em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações vinculadas – Empréstimos BNDES	13.342	-
Aplicações vinculadas – Debêntures	10.214	-
Total	23.556	-
Circulante	8.270	-
Não Circulante	15.286	-
	23.556	-

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

(a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga trimestralmente;

(b) Reserva BNDES: conta específica para constituição da 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento;

Debêntures

(a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga semestralmente;

(b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento;

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI à taxa média variável entre 90% e 100% em 31 de dezembro de 2021.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico a receber (*)	46.060	23.312
Receitas acessórias	-	771
Total	46.060	24.083
A vencer	46.060	24.083
Total	46.060	24.083

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2021. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Manutenção civil e hidráulica	834	919
Outros	2.171	542
Total	3.005	1.461

Em 31 de dezembro de 2021 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 29)	2.546	3.841
Custo a apropriar (i)	-	5.492
Total	2.546	9.333

(i) Custos relacionados à captação junto ao BNDES, os quais foram transferidos no exercício de 2021 para o passivo e apropriados ao resultado do exercício conforme evolução do contrato (ver nota explicativa nº 14).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda diferido	17.125	318
Contribuição social diferida	6.166	114
Total	23.291	432
2021	-	330
2022	2.705	40
Após 2023	20.586	62
Total	23.291	432

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas do exercício têm as seguintes origens:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.063	29
Provisão de fornecedores	3.120	852
Provisão para manutenção	59.454	-
Arrendamento Mercantil - IFRS16	-	389
Provisão PLR	2.933	-
Outras	663	-
Base de cálculo Total	67.233	1.270
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	22.859	432

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.154	44.735
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(3.452)	(15.210)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização de juros	15.768	-
Prêmios e gratificações	(273)	-
Amortização IFRS 16	(221)	-
Outras diferenças permanentes	143	190
Despesa de imposto de renda e contribuição social	11.965	(15.020)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(10.894)	(15.452)
Impostos de renda e contribuição social diferido	22.859	432
	11.965	15.020
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	118%	34%

9 INVESTIMENTOS

A Companhia, aberta no dia 20 de janeiro de 2020, tem como seu objeto social a participação em outras sociedades, como controladora. Em 31 de dezembro de 2021 tinha como subsidiária integral a empresa EIXO SP Concessionária de Rodovias S/A mediante um capital social de R$ 969.857.

a) Composição

Investimentos em controlada direta – EIXO SP	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	969.857	477.357
Participação societária	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	1.021.199	506.790

b) Movimentação do investimento

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	506.790	-
Integralização capital social	492.500	477.357
Resultado de equivalência patrimonial	22.119	29.715
Dividendos mínimo obrigatório	(210)	(282)
Saldo final	1.021.199	506.790

c) Informações sobre investimentos em controlada direta em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2021						
	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro líquido	Investimento
EIXO SP	969.857	1.021.199	2.714.819	1.693.620	1.291.785	22.119	1.021.199

	31/12/2020						
	Capital social	Patrimônio líquido*	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro líquido	Investimento
EIXO SP	477.357	506.790	1.668.556	1.161.766	596.286	29.715	506.790

10 IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Consolidado Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Adições	113	7.546	834	2	4	18.004	250	26.753
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Adições	(50)	(416)	(861)	(65)	(1)	(2.095)	(54)	(3.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Consolidado Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Depreciação acumulada								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Imobilizado líquido								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

Em 31 de dezembro de 2021, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração revisou as premissas do cálculo com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: Reais nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto com efeitos inflacionários. Com base nessa avaliação, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2021

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

11 INTANGÍVEL

	Consolidado					
	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Capitalização Custos empréstimos	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	230.631	1.136.335	1.349	-	1.573.796
Adições	394.847	382.112	-	1.382	46.942	825.283
Baixas (b)	-	(6.210)	-	(200)	-	(6.410)
Transferências	(381.495)	381.495	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	988.028	1.136.335	2.531	46.942	2.392.669
Amortização acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(5.746)	(22.095)	(14)	-	(27.855)
Adições	-	(47.350)	(37.877)	(89)	(564)	(85.880)
Baixas	-	138	-	8	-	146
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(52.958)	(59.972)	(95)	(564)	(113.589)
Intangível líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	224.885	1.114.240	1.335	-	1.545.941
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	935.070	1.076.363	2.436	46.378	2.279.080
Taxas anuais de amortização - % (a)						

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Capitalização Custos empréstimos	Total
Custo do intangível						
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-
Adições	251.587	184.523	1.136.335	1.351	-	1.573.796
Transferências/reclassificações	(46.106)	46.108	-	(2)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020 – Reapresentado	205.481	230.631	1.136.335	1.349	-	1.573.796
Amortização acumulada						
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-
Adições	-	(5.746)	(22.095)	(14)	-	(27.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado	-	(5.746)	(22.095)	(14)	-	(27.855)
Intangível líquido						
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	224.885	1.114.240	1.335	-	1.545.941
Taxas anuais de amortização - % (a)						

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 3,33% ao ano.

(b) Baixas realizadas em função da substituição do sistema de arrecadação (R$ 755) e baixa de torre em função da venda de torres de telecomunicação (R$ 5.655), vide nota explicativa n° 19.

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

(ii) Vide nota explicativa nº 1.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 46.942 em 31 de dezembro de 2021 (não houve capitalização de custos de empréstimos em 2020). A capitalização no exercício de 2021 foi 46% do resultado financeiro.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração revisou as premissas do cálculo com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: Reais nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto com efeitos inflacionários. Com base nessa avaliação, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que levasse a necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021.

12. DIREITO DE USO

	Consolidado			
	31/12/2020	Adições e atualizações contratuais	Amortização	31/12/2021
Equipamentos operacionais	1.109	1.500	(757)	1.852
Instalações e Edificações	2.110	259	(689)	1.680
Veículos	12.774	1.119	(5.025)	8.868
Total	15.993	2.878	(6.471)	12.400

	Adições	Amortização	Valor líquido de baixas	Consolidado 31/12/2020
Equipamentos operacionais	1.262	(153)	-	1.109
Instalações e Edificações	2.639	(367)	(162)	2.110
Veículos	15.687	(2.913)	-	12.774
Total	19.588	(3.433)	(162)	15.993

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - Obras	-	-	41.815	85.458
Fornecedores – Imobilizado	-	-	1.294	-
Fornecedores - Serviços	6	-	11.173	5.531
Total	6	-	54.282	90.989

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

	Consolidado					
Descrição	31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	31/12/2021
Notas Promissórias	1.032.744	-	33.699	(1.066.375)	(68)	-
BNDES	-	650.000	46.381	(10.713)	(55.337)	630.331
Total	1.032.744	650.000	80.080	(1.077.088)	(55.405)	630.331

	Consolidado					
Descrição	27/01/2020	Captação	Juros e Atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Consolidado 31/12/2020
Notas Promissórias	-	1.000.000	38.111	-	(5.367)	1.032.744
BNDES	-	-	-	-	-	-
Total	-	1.000.000	38.111	-	(5.367)	1.032.744

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	1.658	1.032.744
Não circulante	628.673	-

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e FAT – Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos “A”, “B”, “C” e “D”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito “E”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R$1.300.000;

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos “A” e “B”, no montante total de R$ 650.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021 e 29 de novembro de 2021.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R$1.100.000;
- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045;
- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (covenants) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

(i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão;

(ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES;

(iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.

(iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores;

(v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência;

(vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.

(vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES;

(viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

b) Nota Promissória

Em 19 de março de 2020, a Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de notas promissórias, não conversíveis em ações, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021.

A Companhia emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R$2.000, sob as quais incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para tal os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21" disponibilizado para consulta em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), de acordo com a fórmula prevista nas Cártulas.

As garantias reais eram:

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: foram cedidos fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário:

(i) Todos os direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da Concessão a que a Emissora faz jus, desde que não comprometa a continuidade e a adequação na prestação dos serviços do Contrato de Concessão e respeitado o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (Lei das Concessões), incluindo direitos creditórios, receitas e recebíveis decorrentes de direitos indenizatórios, da cobrança de pedágio, dos contratos de receita acessória e das apólices de seguro (conforme permitido nos termos do Contrato de Concessão) relacionadas à Concessão ("Recebíveis").

(ii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da titularidade, pela Emissora, das contas cedidas por onde circularão todos os Recebíveis ("Contas Cedidas"), incluindo as respectivas aplicações financeiras mantidas nas e/ou vinculadas às Contas Cedidas ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão").

(iii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo").

(iv) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição; e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes das Contas Vinculadas Aumento de Capital ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Aumento de Capital" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo, as "Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios da Emissora"), nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças a serem celebrados entre a Emissora, a Acionista, a Subholding e a Holding Pátria, conforme o caso, na qualidade de fiduciantes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (cada um deles, um "Contrato de Cessão Fiduciária" e, todos em conjunto, os "Contratos de Cessão Fiduciária").

(v) Alienação Fiduciária das Ações da Emissora: a Acionista alienará fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua titularidade detidas e que venham a ser detidas pela Acionista no capital social da Emissora, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações ("Alienação Fiduciária das Ações da Emissora" e, em conjunto com as Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), as "Garantias Reais"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças a ser celebrado entre a Acionista, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Alienação Fiduciária" e, em conjunto com os Contratos de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), os "Contratos de Garantia Real").

Nos termos da Cártula, como condição à realização da emissão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, para assegurar as Obrigações Garantidas, será constituída, ainda, a cessão fiduciária e a alienação fiduciária, conforme aplicável, das Debêntures Incentivadas Conversíveis, das ações de emissão da Emissora resultantes da conversão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, de qualquer nova ação de emissão da Emissora ou de eventuais, bônus de subscrição ou títulos conversíveis em ações a serem emitidos pela Emissora, incluindo todas e quaisquer ações que vierem a ser emitidas pela Emissora em decorrência de tais bônus de subscrição ou títulos conversíveis, a ser outorgada ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares ("Alienação Fiduciária de Ativos"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ativos e Outras Avenças a ser celebrado entre o eventual titular das Debêntures Incentivadas Conversíveis, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos").

Não havia cláusulas de "covenants" financeiros sobre as notas promissórias.

Em 21 de julho de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada da dívida.

15. DEBÊNTURES

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$145.500 (145.500 debêntures com valor unitário de R$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado e ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2° aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R$ 490.702 (R$ 285.000 em janeiro e R$ 205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R$ 350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

c) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2021, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R$500.000 (500 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em junho de 2021 e terão prazo de vencimento de 24 meses, com vencimento em 15 de junho de 2023, atualizados por CDI acrescidos de juros remuneratórios de 3,30% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R$ 500.003 (R$ 495.204 em junho e R$ 4.799 em julho de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures possuem garantias reais, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de:

(i) Todos os direitos creditórios de titularidade da Companhia da Subholding e da Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (“Holding Pátria') decorrentes das Contas Vinculadas Aumento Capital e alienação fiduciária da totalidade das ações, presentes e futuras de titularidade da subholding, sendo:

a) Os valores oriundos de qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela Eixo SP à Emissora, incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos, reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, recompra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamento para futuros aumentos de capital social, observado o disposto no Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças nº 20.2.0501.3, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Emissora e a Eixo SP;

b) Todos os Direitos Creditórios dos Boletins de Subscrição e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição Onerados, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre a Emissora, a Subholding e a Holding Pátria, na qualidade de fiduciantes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária”).

(ii) Alienação fiduciária, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade das ações, presentes e futuras, de titularidade da Subholding e que venham a ser detidas pela Subholding no capital social da Companhia, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Não há cláusulas restritivas (covenants) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

(i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação ou dissolução da Companhia e/ou da Eixo SP e/ou da Subholding;

(ii) Realização de qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, juros sobre capital próprio, juros e/ou qualquer outro recurso;

(iii) Transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou pela Subholding e/ou pela Holding Pátria, das suas obrigações assumidas;

(iv) Contratação, pela Companhia, de quaisquer operações não financeiras com suas partes relacionadas, no montante individual ou agregado superior a R$10 000 000,00 (dez milhões de reais);

(v) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores;

(vi) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência;

(vii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas;

(viii) Destinação dos recursos captados por meio da Emissão de forma diversa ao previsto na Escritura de Emissão;

(ix) Ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia Real;

(x) Não obtenção ou renovação, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção das autorizações, subvenções, dispensas e/ou protocolos de requerimento de alvarás ou licenças (incluindo ambientais) da Companhia que causem um Efeito Adverso Relevante;

(xi) encerramento ou não manutenção, até a integral liquidação das Debentures, das contas corrente nº 53 971 7, 53 972 5 e 53 307-4, todas da agencia 8541 do Itaú Unibanco SA (respectivamente, Conta Vinculada Aumento de Capital Holding Pátria', Conta Vinculada Aumento de Capital Subholding e "Conta Vinculada Aumento de Capital Companhia e, em conjunto, "Contas Vinculadas Aumento Capital '), nas quais serão depositados, respectivamente, os recursos para integralização do capital social da Holding Pátria, da Subholding e da Companhia subscritos nos termos das AGEs Aumento de Capital.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2021 é:

	Controladora					
Descrição	31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	31/12/2021
Debêntures (c)	-	500.003	26.245	-	(8.421)	517.827
Total	-	500.003	26.245	-	(8.421)	517.827

	Consolidado					
Descrição	31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	31/12/2021
Partes relacionadas (a)	-	490.703	39.520	-	(56)	530.167
BNDES (b)	-	350.000	29.716	(7.794)	(11.977)	359.945
Debêntures (c)	-	500.003	26.245	-	(8.421)	517.827
Total	-	1.340.706	95.481	(7.794)	(20.454)	1.407.939

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	-	-	869	-
Não circulante	517.827	-	1.407.070	-

16. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente – ACDUF corresponde à devolução de 75% da outorga variável I.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ônus de fiscalização	750	382
Outorga variável	5.841	-
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente	6.599	-
Total	13.190	382

17. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Salários e honorários	512	390
Encargos sociais e previdenciários	1.970	1.287
Provisão de férias	5.712	2.785
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	4.847	3.518
Total	13.041	7.980

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	2.652	1.312
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	5.365	5.261
Imposto Sobre Serviços – ISS	3.424	1.775
Impostos federais terceiros	956	1.230
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	634	943
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	740	1.618
Total	13.771	12.139

19. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

		Consolidado 31/12/2021		
Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	Ativo	Passivo	Resultado
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas / Locação de fibra	132	1.109	749
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas / Locação de torres	41	39	252
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	5	-	9
Warrington Investment PTE. LTD.	Reembolso de despesas	-	-	(137
One Infraestrutura de Dados S.A. ***	Venda de Torres	-	-	126
One Infraestrutura de Dados S.A.	Locação de Torres de Telecomunicação	-	-	(339
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.197	(5.276
Saldo em 31/12/2021		200	2.345	(4.616

		Consolidado 31/12/2020		
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas	132	135	801
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas	128	163	(327)
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	-	115	(6.795)
Saldo em 31/12/2020		260	413	(6.321)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	200	260
Ativo Não Circulante	-	-
	200	260
Passivo Circulante	2.345	413
Passivo Não Circulante	-	-
	2.345	413

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(***) A Companhia efetuou a venda das torres de telecomunicação para a One Infraestrutura de Dados S.A. com o recebimento via transferência bancária no dia 23 de abril de 2021, com a opção de recompra das torres ao em maio de 2050.

Remuneração dos Administradores - Consolidado

Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o período de 2021 em até R$6.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o período social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R$4.608 (R$ 1.519 em 31 de dezembro de 2020) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 15, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante captado e, (ii) Warrington Investment PTE. LTD. (“GIC Group”) - 30% do montante captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa n° 15 com efeito no resultado no montante de R$ 39.520.

Dividendos

		Controladora	
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a receber	9	492	282
Dividendos a pagar	23.b	(282)	(282)

20. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	16.345	-
Adições e atualizações contratuais	2.879	19.588
Baixas	-	(200)
Juros provisionados	878	616
Pagamento de juros	(878)	(616)
Pagamento de principal	(6.407)	(3.043)
Total	12.817	16.345
Circulante	7.361	6.543
Não circulante	5.456	9.802

A realização do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2022	9.242
2023	4.408
2024	782
2025	325
2026 em diante	539
Total	15.296
Ajuste a valor presente	(3.275)
Passivo de arrendamento	12.817

	Adoção Inicial	Dez.2020	Dez.2021	Dez.2022	Dez.2023	Dez.2024	Dez.2025	Dez.2026 em diante
IPCA				6,45%	3,70%	3,15%	3,00%	3,00%
Ativo de arrendamento								
Balanço patrimonial	19.588	15.993	12.400	5.319	1.914	1.257	978	-
Fluxo com projeção	19.588	15.993	12.400	5.662	1.985	1.297	1.007	-
Passivo de arrendamento								
Balanço patrimonial	19.588	16.345	12.817	5.457	1.613	864	540	-
Fluxo com projeção	19.588	16.345	12.817	5.809	1.673	891	556	-

	Adoção Inicial	Dez.2020	Dez.2021	Dez.2022	Dez.2023	Dez.2024	Dez.2025	Dez.2026 em diante
Despesas financeiras								
Balanço patrimonial		616	878	566	179	79	43	265
Fluxo com projeção		616	878	603	186	81	44	273
Despesas de depreciação								
Balanço patrimonial		3.433	6.471	7.081	3.405	657	279	978
Fluxo com projeção		3.433	6.471	7.538	3.531	678	287	1.007

21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de atualização do projeto. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

	Consolidado 31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção	60.830
Atualização pela inflação	11.090
Ajuste a valor presente	(12.466)
Total	59.454
Circulante	1.111
Não circulante	58.343

22. PROVISÃO PARA RISCOS

a. Provável

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para contingência – ações trabalhistas	525	-
Provisão para contingência – ações cíveis	729	29
Total	1.254	29
Mapa movimentação	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	29	-
Adições	1.225	29
Saldo final	1.254	29

b. Possível

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui processos de natureza cível classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de R$1.400.000, sendo integralizado R$478.507 (R$ 477.357 em 31 de dezembro de 2020), representado por 478.507 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de julho de 2021 houve integralização de R$ 1.150 mediante depósito em conta corrente, representado por 1.150 novas ações.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	478.507	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2021 não houve destinação de dividendo mínimo obrigatório em função de não ter lucro no exercício. Em 31 de dezembro de 2020 a destinação foi de R$ 282, conforme quadro a seguir.

	Controladora 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	29.715
(-) Constituição de reserva legal	(1.486)
(=) Lucro líquido ajustado	28.229
Dividendos mínimos obrigatórios	282

c) Reserva Legal

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2021 não foi constituída reserva legal. Em 31 de dezembro de 2020 a constituição realizada foi de R$1.486.

d) Reserva de retenção de lucros:

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$4.265, resultado da destinação do prejuízo líquido do período de 2021, foi destinado à reserva de retenção de lucros para redução do montante mantido. Em 31 de dezembro de 2020, a constituição de reserva de retenção de lucros foi de R$27.947.

24. RECEITAS

Estão representadas por:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita com arrecadação de pedágio	573.557	231.390
Receitas com construção	764.866	383.992
Receita acessória (a)	2.965	900
Receita Bruta	1.341.388	616.282
Deduções da receita	(49.603)	(19.996)
Receita líquida	1.291.785	596.286

a) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	576.522	232.290
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(17.296)	(6.970)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(3.748)	(1.510)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(28.559)	(11.516)
	(49.603)	(19.996)

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos serviços prestados:		
Custo de Obra	(764.866	(383.992
Provisão para manutenção	(60.830	-
Pessoal	(43.707	(17.148
Conservação e manutenção	(77.235	(7.668
Serviços de terceiros (*)	(51.569	(26.883
Seguros	(4.648	(4.582
Depreciações e amortizações	(94.364	(29.077
Poder concedente	(38.245	(3.478
Locações de imóveis e máquinas	(2.846	(1.156
Outras despesas operacionais	(7.513	(2.078
Total	(1.145.823	(476.061

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas operacionais:				
Provisão para riscos processuais	-	-	(1.063)	(29)
Pessoal	-	-	(21.845)	(12.114)
Conservação e manutenção	-	-	(2.068)	(1.712)
Serviços de terceiros	(134)	-	(13.028)	(16.806)
Depreciações e amortizações	-	-	(1.509)	(3.487)
Locações de imóveis e máquinas	-	-	(8)	(102)
Outras despesas operacionais	(9)	-	(1.594)	(866)
Total	(143)	-	(41.115)	(35.114)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:				
Provisão para manutenção – AVP	-	-	12.466	-
Receita de aplicações financeiras	4	-	1.576	5.954
Outros	-	-	628	16
Total	4	-	14.670	5.970

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras:				
Juros e variação monetária sobre Empréstimos	(24.157)	-	(106.562)	(38.111)
Provisão para manutenção – Atualização pela inflação	-	-	(11.090)	-
Amortização de custos com emissão de notas promissórias/debêntures	(2.087)	-	(15.398)	(6.708)
Juros de arrendamento	-	-	(878)	(616)
Despesas bancárias	-	-	(843)	(598)
Outras despesas financeiras	(1)	-	(1.530)	(440)
Total	(26.245)	-	(136.301)	(46.473)
Resultado Financeiro líquido	(26.241)	-	(121.631)	(40.503)

27. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro básico por ação:		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(4.265)	29.715
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	477.892	477.357
Lucro (Prejuízo) básico por ação	(0,009)	0,062

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dívida (i)	524.162	-	2.104.078	1.038.111
Caixa e equivalentes de caixa	(83)	-	(284.644)	(58.541)
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(23.556)	-
Dívida líquida	524.079	-	1.795.878	979.570
Patrimônio líquido (ii)	503.675	506.790	503.675	506.790
Índice de endividamento líquido	1,04	-	3,57	1,93

(i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e 15.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos:					
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	83	-	284.644	58.541
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	-	-	23.556	-
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	46.060	24.083
Passivos:					
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	6	-	54.282	90.989
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	-	-	678.758	1.038.111
Debêntures	Custo amortizado	524.162	-	1.414.274	-
Credor pela concessão	Custo amortizado	-	-	13.190	382

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

(i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

(ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

(iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

		Consolidado					
Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil Consolidado	Fluxo de caixa contratual total	2022	2023	2024	2025 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	371.099	3.798.865	-	-	-	3.798.866
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	159.067	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	370.992	769.004	19.200	19.918	20.718	709.168
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	678.758	1.560.556	34.417	35.730	36.800	1.453.608
Debêntures (IBH IX)	CDI + 3,30%	517.827	623.383	-	623.383	-	-
		2.097.743	8.380.141	53.617	679.031	57.518	7.589.975

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de dezembro de 2021. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES – FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

		Consolidado			
		Saldo Consolidado	Juros a incorrer		
Operação	Risco	31/12/2021	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	278.304	29.639	37.042	44.473
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	23.556	2.509	3.135	3.764
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	370.992	18.661	23.335	28.010
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	678.758	34.142	42.694	51.246
Correção monetária sobre Debêntures (IBH IX)	Aumento do CDI	524.162	55.283	69.766	83.761

		Consolidado			
		Saldo Consolidado	Juros a incorrer		
		31/12/2021	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	278.304	29.639	37.042	44.473
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	23.556	2.509	3.135	3.764
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	370.992	18.661	23.335	28.010
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	678.758	34.142	42.694	51.246
Correção monetária sobre Debêntures (IBH IX)	Aumento do CDI	524.162	55.283	69.766	83.761

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	5,03%	6,29%	7,55%
CDI (b)	10,65%	13,31%	15,98%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br – FOCUS - Relatório de Mercado de 31 de dezembro de 2021.

(b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 11 de fevereiro 2022.

29. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2021, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
Modalidade	Cobertura - R$	Vigência
Responsabilidade civil	97.500	Até julho de 2022
Riscos nomeados e operacionais	6.904.779	Até julho de 2022
Veículos – frota	26.239	Até julho de 2022
D&O	40.000	Até agosto de 2022
Risco de engenharia	99.928	Até junho de 2023
Seguro garantia	1.168.931	Até junho de 2022
Fiança Locatícia	808	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	31.040	Até setembro de 2022

30. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No segundo ano do projeto, a EIXO SP deverá investir aproximadamente R$718 milhões de reais no período compreendido entre junho de 2021 e maio de 2022. Do início do segundo ano do projeto até o encerramento deste exercício a EIXO SP investiu R$ 382.763. Os investimentos do segundo ano estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em duplicação, vias marginais, edificação de SAU's e PGF's, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros.

O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R$ 14,1 bilhões em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R$1,2 bilhões.

31. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	12	2.878	19.588
Receita de construção	24	764.866	383.992
Custo de construção	25	(764.866)	(383.992)
Provisão para manutenção	21	(59.454)	-
Fornecedores aquisição de intangível	11	(43.643)	-
Capitalização de juros	11	(53.600)	-
Aquisição de imobilizado	10	(1.294)	-

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 29 de março de 2022, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Itirapina, 29 de março de 2022

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. (“Companhia”) abaixo designados declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Itirapina, 29 de março de 2022